

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

POLÍTICAS SOCIAIS
PADRÕES, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Andréa Teixeira

VICE-DIRETORA

Sheila Backx

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosana Morgado

REVISTA PRAIA VERMELHA

*(Para os membros da Equipe Editorial
pertencentes à Escola de Serviço Social
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

EDITORES

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Janete Luzia Leite

Rita de Cássia Cavalcante Lima

CONSELHO EDITORIAL

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo Montañó Barreto, Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF), Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Ligia Silva Leite

(UERJ), Lilia Guimarães Pougy, Listz Vieira (PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ), Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/UFRJ), Maria das Dores Campos Machado, Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfirio (NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro, Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias, Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ), Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR), Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF), Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica Paulino da Cruz.

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Márcia Rocha

Marcelo Rangel

Jessica Cirrota

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

João Bosco Telles

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 28 n. 1
2018
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 28	n. 1	p. 1-404	2018
------------------------	----------------	-------	------	----------	------

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.
Para ver uma cópia desta licença, visite:
http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ
minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro
revistas.ufrj.br

A foto da capa é de Bharath GS - Unsplash.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)

PRAIA VERMELHA

CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DISPUTA TERRITORIAL: exclusão social dos usuários de drogas

CRIMINALIZATION OF POVERTY AND TERRITORIAL DISPUTE:
social exclusion of drug users

Warllon de Souza Barcellos
Ana Claudia de Jesus Barreto
Cynthia Santos Ferrarez

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 28

n. 1

p. 125-145

2018

RESUMO

É no contexto urbano e utilizando o tráfico de drogas como pano de fundo que este artigo faz considerações acerca da territorialização, bem como da disputa por espaços públicos. Parte-se da análise da dinâmica do tráfico de drogas ilícitas, a começar das concepções de território, observando em que medida a apropriação do espaço urbano contribui para a criminalização da pobreza e para a exclusão social. A cidade de Miracema/RJ é o objeto desta pesquisa e se destaca pelo histórico, sua importância no contexto regional e suas disparidades socioeconômicas.

PALAVRAS-CHAVE

Território; Criminalização; Tráfico; Drogas.

ABSTRACT

It is in the urban context and using drug trafficking as a backdrop that this article makes considerations about territorialisation, as well as the dispute over public spaces. From the analysis of the dynamics of illicit drug trafficking, based on the conceptions of territory, this article observes to what extent the appropriation of urban space contributes to the criminalization of poverty and to social exclusion. The city of Miracema / RJ is the object of this research and stands out for its history, its importance in the regional context and its socioeconomic disparities.

KEYWORDS

Territory; Criminalization; Traffic; Drugs.

Recebido em 11.09.2017

Aprovado em 15.05.2018

INTRODUÇÃO

O argumento central deste artigo é precisamente o de que os problemas sociais mais frequentes (e em certa medida, mais habitualmente destacados pela mídia) associados ao uso do crack e outras drogas, tanto no Brasil como em outros países, são ações que geram exclusão social que, em geral, levam à formação de um tipo de identidade marcada pela participação precária na maioria das esferas sociais e, no limite, à negação do status de pessoa aos indivíduos. Com isso, este artigo traz uma análise da perspectiva de território, tendo como pano de fundo a comercialização de drogas ilícitas no espaço urbano da cidade de Miracema - RJ, por entender que a intencionalidade dos sujeitos envolvidos nessa prática permite identificar de que maneira o espaço urbano é apropriado e fragmentado sob a forma de territórios, bem como o modo pelo qual se estabelecem as práticas que levam à resolução violenta dos conflitos e à exclusão social.

Para tanto, faz-se necessário destacar os objetivos propostos neste estudo, que contemplam: analisar a dinâmica do tráfico de drogas a partir das concepções de território, observando em que medida a apropriação do espaço contribui para a criminalização da pobreza, a exclusão social e a violência no município de Miracema/RJ.

O uso problemático do crack e outras drogas parece ser um fenômeno intrinsecamente ligado à produção e à reprodução da “ralé estrutural” (SOUZA, 2011). Tais trajetórias de exclusão geralmente começam pela formação de um “‘habitus’ precário” no contexto da socialização familiar, marcado pela ausência de disposições fundamentais para a conduta bem-sucedida na vida social futura e para a apropriação de recursos nas esferas do ensino formal e do trabalho: ausência de autodomínio, disciplina e pensamento prospectivo. Para combater este problema, faremos uma abordagem da construção de um novo “habitus”.

Por se tratar de um fenômeno dinâmico e, portanto, de difícil mensuração em grande escala, opta-se, em primeiro lugar, pela escolha

de uma cidade de porte pequeno e com menor influência das regiões metropolitanas, uma vez que se minimiza a influência que a confluência urbana em grande escala poderia produzir na análise dos dados.

A metodologia utilizada para realização desta pesquisa baseia-se na investigação de assuntos relacionados à exclusão social, perpassa pelo reconhecimento de que o pesquisador deverá se debruçar em um ambiente inóspito no qual não se sabe, necessariamente, o caminho identificado inicialmente para melhor condução dos trabalhos a serem executados conforme planejado. A orientação metodológica inicial é muito mais uma sugestão para a realização do trabalho, uma vez que a interação com os sujeitos ou grupos, na realização de uma pesquisa social, nem sempre transcorre como idealizada, sendo necessários ajustes na execução.

O método qualitativo aqui escolhido é permeado de subjetividade em função das escolhas que o pesquisador é obrigado a fazer para alcançar seus objetivos. Por outro lado, a própria ação humana é portadora de significados. Minayo e Sanches (1993) argumentam que a abordagem qualitativa se sustenta no simbolismo e subjetividade. Do ponto de vista qualitativo, a abordagem dialética atua em nível dos significados e das estruturas vistas pela perspectiva da ação humana.

O método de uma pesquisa consubstancia-se no próprio movimento de aproximação com o objeto de estudo, indicando a forma adotada para se aproximar do objeto em questão. Neste processo torna-se importante o destaque da matriz de pensamento que será estabelecida como orientação teórico-metodológica.

A cidade de Miracema está localizada no Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro; nessa medida, em segundo lugar, faz-se um recorte espacial para facilitar o entendimento da dinâmica da criminalidade e das relações de poder que permeiam essas práticas na zona urbana. A escolha ocorre pela dinâmica causada pelos problemas das desigualdades, principalmente sociais, com destaque para o aumento da violência. Apesar da criminalidade não ser um fenômeno exclusivo de Miracema, apresentando recrudescimento no Brasil e no Rio de Janeiro de modo mais genérico, é na cidade

interiorana que seu estudo é mais escasso, uma vez que nem todo pesquisador se interessa pelo padrão apresentado por cidades de pequeno e médio porte.

IDENTIFICANDO O TERRITÓRIO: LOCALIZANDO O DISCURSO

O conceito de território representa uma temática essencial para a análise espacial, uma vez que está diretamente relacionado aos processos de construção, controle, poder e dominação do espaço geográfico. É interessante a sua discussão na compreensão das transformações socioespaciais, não somente na ciência geográfica, na medida em que apresenta um caráter multidimensional e flexível que pode ser utilizado na análise de (re)produções econômicas, sociais e políticas, mas também em outras formas de relacionamentos do homem para com o espaço, principalmente o geográfico, transformado pelas ações e pelas relações humanas.

A dimensão política atribuída à delimitação conceitual do território absorve outro significado no início do século XX. Este período aparece vinculado ao poder exercido pelo indivíduo, que passa a dominar determinado espaço geográfico. Em outras palavras, o território deixa de ser uma perspectiva meramente física ou política e ganha a caracterização cultural ou imaterial, dando origem às mais diversas territorialidades marcadas pelo simbolismo de seus mais variados representantes.

Raffestin (1993) aborda o território por um viés distinto daquele tratado pela Geografia Política Clássica, o cerne para o estudo do território passa a ser as relações de poder. Neste sentido, ganha especial atenção saber por quem o poder é exercido, bem como qual seria o seu fundamento ou intenção. O território por esta perspectiva passa a ser observado como espaço de apropriação, com uma delimitação parametrizada pelas relações de poder que são manifestadas em todos os níveis das relações sociais. Nas palavras do autor:

O território se forma a partir do espaço, e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa)

em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço. [...] o território nesta perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p 143-144).

Em sua argumentação, Raffestin (1993) assegura que o poder e o espaço são duas concepções a serem consideradas na compreensão do território. Esta é uma referência importante, uma vez que a categoria espaço, para a geografia, é como um substrato, uma liga da qual se originam os demais conceitos, concepções e análises. Nos estudos relacionados ao território, este é constantemente confundido com a questão do espaço. Todavia, vale ressaltar que as discussões sobre território são posteriores aos estudos sobre o espaço, uma vez que aquele ocorre após a apropriação deste e de acordo com as necessidades dos envolvidos. Para que ocorra o surgimento do território, é necessário que existam as relações de poder, que haja apropriação do espaço por pessoas ou instituições.

As análises de Raffestin (1993) indicam que o espaço é anterior ao território, e este é estabelecido e produzido ao se apoderar daquele em qualquer escala, de forma concreta ou abstrata; assim o espaço é territorializado. Deste modo, o território é o lugar das relações, informações, energia, tendo como resultante o poder, dominação e apropriação.

Nessa mesma ideia, Dallabrida (1999, p. 2) alerta para a necessidade de distinção conceitual entre o território e o espaço, destacando que o conceito de "território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Deve-se ligar o conceito de território à ideia de poder".

A definição do conceito de território é de fundamental importância para os estudos sobre o espaço geográfico e para compreensão

dos mais diversos interesses que permeiam os espaços globais e locais. As relações que se instalam em determinado espaço bem como a estrutura física construída pelo homem definem o território que ali se formará.

Raffestin (1993) faz uma abordagem do conceito de território marcado pelas relações de poder: o poder exercido pelo homem ou pelos grupos humanos que se transformam em categoria essencial para a compreensão daquele conceito de território, uma vez que tal poder é inerente a todas as relações sociais.

A partir dessa ideia, surgiram novas linhas e novos estudos que consideram a perspectiva cultural e imaterial do território, tais como as utilizadas por Souza (2005, 2012), Santos (2004, 2011), Sack (1986; 1992; 1997; 2003), Haesbaert (2006), Sposito (2004) para subsidiar a discussão atual.

Haesbaert (2006), por exemplo, ao posicionar sobre o assunto, assegura que o território pode ser construído sob a perspectiva idealista, pela qual a cultura, códigos étnicos e a religião são formas de apropriação de um determinado espaço.

Saquet (2011) nos estudos sobre o território e a territorialidade fez o seu agrupamento em quatro perspectivas: a) econômica, b) materialista, c) fenomenológica, d) sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local.

Nas observações de Haesbaert (1997), propõe-se uma tipologia sugerindo que o território pode ser classificado em quatro importantes concepções, que são: a política, a cultural, a econômica e a natural.

Para Santos (1994), a produção e fragmentação do território são realizadas de forma complexa, nas quais se configura um arranjo de relações complementares e contraditórias. Portanto, nota-se a importância do conceito de território, levando a compreender de forma gradativa a articulação das relações entre o lugar, a formação socioespacial e a constituição de uma rede de conexões nos mais variados lugares do mundo.

Sobre o assunto, Santos (2012b, p. 137) assevera que "é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto

da análise social”. Essa colocação evidencia a importância da apropriação, da manifestação do poder, da delimitação de fronteiras e da compreensão da função que os indivíduos exercem nos mais variados espaços.

Souza (2000) argumenta que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, em que são estabelecidas relações de poder delimitadas e que operam em um substrato referencial.

O autor, em outra obra, exemplifica que o território pode ser representado por grupo com amplitude e objetivos distintos, citando o poder exercido por uma gangue e por bloco de países que se associam para ampliação de suas defesas. Nas palavras do autor:

Território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN. [...]. (SOUZA, 1996, p.78).

O autor completa afirmando que o conceito de território deve levar em conta as relações políticas que “constituem territórios, cartografados ou não, claramente delimitados ou não”; desde que sejam manifestados em espaços urbanos como territórios do tráfico, da prostituição ou da segregação socioeconômica, sendo essas situações regionais, internacionais ou até mesmo globais. Nesta concepção destacam-se os apontamentos de Santos (2002, p. 9) sobre a questão, ao afirmar que:

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.

Como alternativa para superar a distinção entre espaço social e território, Souza (2009) propõe “descoisificá-lo” a partir do

refinamento conceitual, enriquecendo seu arsenal de possibilidades de definição. O autor argumenta que o espaço social é multifacetado e o território (a territorialidade) é uma dessas facetas.

Para Lefebvre (2000), o espaço (social) é um produto (social): ele é um meio de produção e de controle que escapa parcialmente aos que dele se servem. Assim, as forças sociais e políticas (estatistas) que o engendram tentam em vão controlá-lo. Este espaço é abstrato, mas também real, concreto, instrumental. A especificidade deste espaço social surge quando ele não mais se confunde com o espaço mental (dos filósofos e matemáticos) e com o espaço físico (definido pelo prático-sensível e pela percepção da “natureza”). Ele tampouco se reduz a uma coleção de coisas ou a um vazio preenchido, a uma forma imposta à materialidade, na medida em que ele contém relações sociais. O que interessa é o espaço como totalidade ou globalidade, não reduzido às coisas localizadas no ou sobre ele.

É exatamente a territorialidade do tráfico, manifestamente no viés da violência, que interessa observar a fragmentação e o domínio do espaço. O poder exercido por traficantes em determinadas áreas movimentam as fronteiras do território, produzindo dinâmicas diferenciadas no espaço social.

Para compreender de que maneira o tráfico de drogas fragmenta os espaços produzindo territórios em que os crimes são mais frequentes ou aqueles em que o comércio de drogas é mais intenso e/ou violento, Souza (2005), orienta que é necessário saber “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? [e também] quem influencia ou domina quem nesse espaço, e como?”. (SOUZA, ano, p. 79)

Neste sentido, verifica-se que os resultados em relação à movimentação do território, seja apropriação, dominação ou influência, dependerão dos objetivos de quem (re)produz a fragmentação. Isso sinaliza para análise de distintas formas de territorialização do espaço na perspectiva da violência, permitindo construções metodológicas que ora podem ser representadas por roubo, ora por tráfico, ora por homicídio.

Aliados ao território, processos e as formas espaciais urbanas auxiliam na compreensão da dinâmica da criminalidade e da violência. A cidade de Miracema permite observar que estes processos sociais determinam as formas espaciais que são comuns a algumas cidades brasileiras e auxiliam no empoderamento de argumentos explicativos do comportamento criminal.

MIRACEMA – RJ: UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E AS CARACTERÍSTICAS DA EXCLUSÃO SOCIAL

Para compreender melhor algumas variáveis envolvidas na territorialização da criminalidade e da exclusão social, Miracema foi tomada como recorte de estudo, como forma de facilitar o exercício analítico de variáveis que podem contribuir com a compreensão da manifestação da criminalidade e violência no espaço e no tempo.

A colonização do território do município de Miracema é atribuída aos esforços de D. Ermelinda Rodrigues Pereira, primitiva proprietária das terras que constituem o distrito sede.

Miracema, desde os seus primórdios até o fim do século XIX, contou com intensa vida econômica e social, verificando-se enorme surto progressista, época em que os mercados eram abarrotados por suas lavouras de café, arroz, milho e feijão, as quais chegavam em lombos de burros via São Fidélis, e a partir de 1883, pela Estrada de Ferro Santo Antônio de Pádua – Ramal Miracema.

Com sua emancipação político-administrativa, Miracema recuperou-se da derrocada do café e foi iniciada a cultura do algodão para abastecer a fábrica de tecidos São Martino e, concomitantemente, desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar em ação conjunta com a Usina Santa Rosa. Foi crescendo a cultura do arroz irrigado, juntamente com agropecuária leiteira, que é a principal atividade rural do município. As culturas de milho, feijão e café são consideradas de subsistência.

Na década de 1930, o poder político do estado de São Paulo obrigou Getúlio Vargas a diminuir os cafezais do Rio de Janeiro, destruindo todas as lavouras existentes em Miracema. O café fornecia 80%

dos recursos do município. Nas décadas de 60 e 70 seus canais submergiram na onda verde da cultura “tecnificada”, ocorrendo uma diminuição sensível da renda do município. Por último, o arroz, que ainda segurava a economia, foi suplantado pela eficiência e tecnologia dos estados do Sul do Brasil na década de 1980.

O município de Miracema é pertencente à Região Noroeste Fluminense, próximo aos municípios do Estado de Minas Gerais, situando-se na rota do tráfico de drogas da região. Ocupa o terceiro lugar na Região Noroeste no que se refere aos indicadores de pobreza e desigualdade, como demonstra o Índice do Mapa de Pobreza e Desigualdades dos Municípios Brasileiros – 2003 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

De acordo com o censo de 2010, Miracema tem uma população de 26.786 habitantes, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,713 em 2010, sendo classificado como índice médio de desenvolvimento humano em ocupação, na 72ª posição no critério do IDH estadual.

AS PARTICULARIDADES COM A QUESTÃO DAS DROGAS

O município de Miracema-RJ apresenta peculiaridades interessantes, sobre o tráfico de drogas, que devem ser destacadas. Desde a década de 90, o município esteve em evidência nos noticiários em decorrência do tráfico de drogas, e da criminalidade que envolve a problemática, principalmente do tráfico de drogas. O mesmo localiza-se em um ponto estratégico para este comércio, visto fazer divisa com Minas Gerais, estando aproximadamente a 18 km de um município do Estado de Minas Gerais (Palma) e próximo ao município de Itaperuna-RJ, que tornou-se uma cidade universitária. Miracema abarca uma grande população migrante, com deslocamento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária.

As denominações dadas ao município refletem a sua representação pela população, como as de “*miraconha*” e “*miraína*”, apelidos estes que fazem alusão ao envolvimento municipal com a maconha

e cocaína. Atualmente, pela grande proliferação do crack na periferia, o município tem sido apelidado de “*miracrack*”.

Assim, constatou-se que um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). Os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta – mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade socioespacial, identidade na verdade não apenas como espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador deste território.

Pautado neste contexto, e a partir dos dados encontrados em levantamento de dados realizados no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial de Miracema, identificou-se que a maioria dos usuários de drogas se encontram residindo nas comunidades do morro do Cruzeiro, Cehab, Viradouro, Vila Nova e Jove. Ressalta-se que estas comunidades possuem uma característica em comum de extrema relevância, que é a falta de acesso às políticas públicas e sociais, não apenas por falta das mesmas, mas, também, e principalmente, por falta de conhecimento de como beneficiar-se de tais serviços, fatores estes que nos levam a compreender o grau de exclusão social ao qual essas pessoas estão acometidas. Diante disto, existe a clara necessidade de um trabalho significativo de conscientização de direitos sociais, pois muitas das vezes os necessitados deixam de usufruí-los por desconhecimento dos dispositivos e equipamentos sociais existentes na região. Consequentemente, resvalam na ociosidade, recorrendo a atos ilícitos que muitas das vezes levam ao tráfico de drogas, até mesmo para subsidiar o próprio consumo de sua droga de preferência.

Uma característica de extrema importância a respeito daqueles bairros é o fato de se encontrarem divididos por instâncias de poder paralelo, denominadas facções criminais, que regulam as ações

e determinam o cotidiano de tais comunidades. No momento, os bairros estão seccionados da seguinte maneira: Cehab, Vila Nova e Jove são comandadas pelo Terceiro Comando Puro (TCP); e os bairros Cruzeiro, Viradouro e Carrapichão, pelo Comando Vermelho (CV). Os confrontos entre as facções acontecem periodicamente e a motivação consiste sempre na disputa de territórios, podendo haver mudanças a qualquer momento. Este fator contribui muito para a exclusão dos moradores dessas comunidades, pois o tráfico os proíbe de frequentar determinados espaços e, conseqüentemente, impede seu livre acesso a certos espaços públicos, etc.

Essas facções têm sua origem no Rio de Janeiro (Capital), sendo a mais antiga o Comando Vermelho (CV), que surgiu na década de 70 no presídio da Ilha Grande, em Angra dos Reis, no Sul Fluminense, com o nome de Falange Vermelha, a partir do contato entre presos políticos e criminosos comuns.

Nos anos 1980, o CV passou a ocupar morros na cidade, como o Juramento, em Vicente de Carvalho, na zona norte, reduto de José Carlos dos Reis Encina (o Escadinha), e a atuar no tráfico de drogas. A base de atuação do grupo era o Complexo do Alemão.

Com a ocupação da área pela Força de Pacificação do Exército, as principais favelas do CV passaram a ser o Jacarezinho e Manguinhos, na mesma região. Seus maiores líderes são Luiz Fernando da Costa (o Fernandinho Beira-Mar) e Márcio dos Santos Nepomuceno (o Marcinho VP), ambos presos.

O Terceiro Comando Puro (TCP) foi criado em 2002 após um racha entre o antigo Terceiro Comando (TC) e a ADA (Amigos dos Amigos) que, embora fossem facções diferentes, eram unidas. Suas principais áreas são os complexos de Senador Camará, na zona oeste, e o da Maré, na zona norte.

Fica claro que houve uma interiorização dessas facções, que chegaram a cidades de pequeno porte, como é o caso do cenário utilizado como recorte nesta pesquisa. E hoje aquelas facções dominam boa parte do território do município, incitando à violência e à propagação da criminalidade.

Cabe ressaltar que os bairros citados são os de maior concentração de usuários da droga, embora isto necessariamente não signifique que sejam o território do tráfico, pois o uso e o tráfico são ações distintas.

Todavia, mesmo o território se tornando gerador de identidade, para o tráfico de drogas ele acaba sendo instável com “as áreas de influência deslizando sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças; a criação de identidade territorial é apenas relativa, digamos, mais propriamente funcional que efetiva” (SOUZA, 2007, p. 88).

O território do tráfico de drogas, segundo Souza (2005, p. 92), apresenta-se, portanto, de modo altamente pulverizado, contrastando vivamente com a estrutura territorial característica de organizações mafiosas. No caso do tráfico de drogas, os territórios enclaves acham-se disseminados pelo tecido urbano, com territórios amigos, dispersos e separados pelo “asfalto” para empregar a gíria usual, ou seja, por bairros comuns, ou áreas neutras.

Entretanto, o território não se encontra isolado do ponto de relações, da informação e da própria transformação exercida no espaço. Dominados por traficantes ou facções criminosas inimigas, os territórios acabam se tornando passagem de informações necessárias para o funcionamento do tráfico de drogas.

A seguir retratam-se algumas imagens de pichações de casas, postes e prédios públicos nas consideradas comunidades, demonstrando o reconhecimento da respectiva comunidade como pertencente à determinada facção do tráfico de drogas.

As fotos da figura 1 foram tiradas no Morro da Jove, localidade com forte envolvimento no tráfico, onde ocorrem diversos confrontos entre facções por disputa de territórios. Como observado, o espaço era comandado pelo CV e o TCP passou a dominar o território. As próprias pichações são marcadas por ameaças dizendo que: “em caso de mancadas terão pauladas”. Isto demonstra como tais espaços são marcados pelo medo e ameaças àquela comunidade.

A seguir, na figura 2, estão as fotos de pichações na comunidade do Carrapichão, local que recentemente veio a acolher um conjunto



habitacional que foi inaugurado no ano de 2012 e desde então, graves problemas sociais foram surgindo, principalmente no que tange à “drogadição” e ao tráfico de drogas. Esta comunidade vive em constantes oscilações de dominação e neste momento, como mostram as pichações, vem sendo “gerenciada” pelo Comando Vermelho.



A comunidade Carrapichão ainda não disponibiliza de nem um recurso de atendimento, como serviços de atenção à saúde básica, equipamentos de assistência social, entre outros, tornando necessária a utilização de todos os recursos públicos em outro bairro, denominado Pontilhão do Rosa. Diante de tal contexto ressaltamos a necessidade que esta comunidade seja acompanhada pelos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial, para assim buscar formas de contribuir para melhoria da qualidade de vida das pessoas que

residem nesta localidade. Seguem abaixo (figura 3) ainda algumas fotos retiradas no Alto do Cruzeiro, localidade também gerenciada pelo Comando Vermelho, como confirmam as pichações:



As imagens apresentadas comprovam como a cidade de Miracema encontra-se demarcada territorialmente pela disputa de poder de facções criminais, e o descaso do poder público em não intervir nessas situações que afligem tanto a população. Em face de tal problemática torna-se clara e urgente a necessidade de maior intervenção Estatal nesses espaços, para que sejam minimizados os danos causados na vida de toda a população miracemense, que acaba sendo vitimada de maneira geral mediante o atual quadro de insegurança e violência ao qual é exposta dentro dessa cotidiana configuração de dinâmica.

A DISPUTA TERRITORIAL E A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

A pobreza, por muito tempo, tem sido criminalizada pelas forças dominantes em seus mais variados contextos. Fazendo uma breve ou aprofundada reflexão sobre a História do Brasil, facilmente se aperceberá que os pobres nunca tiveram lugar de prestígio na sociedade, ora nobre, ora burguesa. Assim sendo, as pessoas têm se acostumado, no decorrer dessas várias décadas, a vislumbrar a pobreza sempre como um mal destinado a dificultar a ascensão do país ao patamar das nações desenvolvidas.

Muito se tem falado de criminalização da pobreza nos dias atuais. A relação entre ações violentas e camadas pobres tem sido veiculada cotidianamente pelos meios de comunicação e sem sombra de dúvida é o tema atual do debate público em torno do qual se vem produzindo uma acalorada discussão nas ciências humanas.

Criminalizar, como a própria palavra indica, significa configurar uma ação, seja ela individual ou coletiva, como um crime. Este processo de criminalização da pobreza, quando de maneira generalizada constrói a visão da comunidade pobre como um grupamento de criminosos, traz consigo uma enorme carga de estigma que tem consequências para a realização dos direitos mais básicos dessa população.

Sobre o fator criminalidade, Zaluar (1994) argumenta que esta não é um efeito direto da pobreza dos habitantes dessas áreas mais desfavorecidas da cidade. Para entendê-la torna-se necessário levar em conta um conjunto de outros fatores, como o fim das relações personalizadas entre pobres e ricos; o afastamento dos filhos em relação aos pais; as dificuldades dos jovens em obter uma formação adequada e, portanto, um emprego; as práticas discriminatórias da polícia em relação aos jovens das áreas pobres; e ainda a emergência de uma subcultura que desqualifica o trabalho como meio de obtenção de recursos e atribui prestígio às manifestações de força mediante emprego de armas de fogo e à posse de bens tidos como privativos dos ricos, sobretudo as vestimentas inacessíveis aos pobres.

Atualmente fica claro que existem rótulos a grupos vulneráveis como uma classe perigosa, e no município de Miracema isso fica especialmente nítido, a partir da disputa territorial que tem sido travada entre facções criminosas CV e TCP, o que fortalece a criminalização da pobreza. Os referidos grupos são oriundos de comunidades extremamente carentes, tendo diversas pessoas que não são partícipes do tráfico de drogas, no entanto, acabam recebendo esse rótulo pelo simples fato de serem pobres, negras e morarem em uma comunidade dominada pelo tráfico de drogas, o que torna reduzidas suas oportunidades de crescimento profissional em meio a tanto preconceito.

O processo de estigmatização e de criminalização que essas famílias pobres têm experimentado, e que muitas das vezes possui o respaldo dos meios de comunicação, passa pelo não reconhecimento dessa sociabilidade enquanto legítima, além de ser um processo intrinsecamente político. A criminalização da pobreza é também intrinsecamente ligada ao recrudescimento da exclusão social causada pela implementação do neoliberalismo. A desigualdade social, aliada à instauração de uma sociedade de consumo e à ausência de políticas públicas efetivas e de acesso aos direitos sociais, é fator que certamente repercute atualmente no aumento da criminalização da pobreza em meio a esses territórios dominados pela criminalidade.

Portanto, é preciso atentar para diferentes consequências da representação difundida sobre esses espaços marcados simbolicamente, como a favela, o gueto, e também sobre o espectro variado que engloba o mundo social. Além disso, como ignorar as especificidades históricas e locais na aplicação desses conceitos a diferentes sociedades? A diferença dos instrumentos teóricos surgidos nas últimas décadas para abordar os contrastes e desigualdades sociais suscita questões de alcance político conforme observam Bourdieu e Wacquant. Lembramos que essas diferenças no campo teórico têm estreitas relações com o modo com que os espaços urbanos relegados às populações pobres são representados nas diversas áreas de produção cultural e artística.

No caso do Brasil, cabe pensar, por exemplo, na concepção de “exclusão social” e suas implicações, em especial quando substitui o emprego da perspectiva de desigualdade. Quanto a um uso generalizado do termo “exclusão” social, lembram aqueles sociólogos que comumente está relacionado à despolitização e ao silêncio quanto às circunstâncias que cercam o desemprego e outras repercussões das políticas econômicas implantadas no fim do século XX e que preconizavam a instauração de um “Estado mínimo”, descomprometido do atendimento de necessidades básicas da população (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 225).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas envolvendo traficantes materializam as questões conceituais contempladas nas abordagens territoriais. Os traficantes utilizam-se, por exemplo, de uma base material do território para estabelecerem seus pontos físicos de venda de drogas. Além disso, fazem uso da base simbólica ao sinalizarem para outros grupos a existência de uma fronteira que representa um espaço de exclusividade, onde integrantes de outras facções não são bem-vindos.

O poder exercido por uma facção e a recorrência de determinados crimes em alguns espaços da cidade de Miracema revelam a existência de uma disputa violenta pela demarcação de fronteiras territoriais.

As disputas das facções existentes na cidade salientam a importância da temporalidade nas considerações sobre o território. A efemeridade das fronteiras estabelecidas por traficantes evidencia-se no tempo e no espaço em processos que alternam continuamente.

Assim, é possível considerar que o crime é produto de uma escolha racional dos indivíduos, o arranjo espacial condiciona a dinâmica populacional, tanto em sua concentração, quanto em sua dispersão. Portanto, o arranjo espacial dos locais em que ocorrem a vitimização não pode ser ignorado na compreensão dos padrões de criminalidade ou mesmo do conjunto de motivações que tornam determinados espaços privilegiados.

Reiteramos a necessidade de considerar o “habitus” um sistema flexível de disposição, não apenas resultado da sedimentação de uma vivência nas instituições sociais tradicionais, mas um sistema em construção, em constante mutação e, portanto, adaptável aos estímulos do mundo moderno: um “habitus” como trajetória, mediação do passado e do presente; “habitus” como história sendo feita; “habitus” como expressão de uma identidade social em construção.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. A astúcia da razão imperialista. In: WACQUANT, L. (org.). *O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 232p.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. *Novos paradigmas para o desenvolvimento regional*. 1999. Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/geonotas/vol3-1/dala.html>>. Acesso em 25 de maio de 2017.
- DUBET, François, (1996). *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GIDDENS, Anthony, (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOSÍK, K. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4º Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.
- MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: 239-262, 1993.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- SANTOS, Milton. *O lugar Encontrando o Futuro. Conferência de abertura do Encontro Internacional: Lugar, Formação Sócio Espacial, Mundo*. São Paulo. Anpege. Departamento de Geografia da USP 1994.
- _____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton et al. *Território e sociedade: entrevista com Milton*

- Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, Milton; Souza, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria L. *Território, Globalização e Fragmentação*. 5ª ed. SP: Hucitec Anpuz, 2002.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná*. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- SOUZA, Jessé et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, [2009] 2011.
- SOUZA, Marcelo Lopes. *O desafio metropolitano – Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro, Editora Betrand Brasil, 2000. 366 p.
- _____. *As drogas e a "questão urbana" no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos*. IN: Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Comes e Roberto Lobato Corrêa (organizadores). *Brasil: Questões Atuais Da Reorganização Do Território*, 5ª edição, BERTRAND BRASIL, 1996. p.419-464.
- _____. *Clima de Guerra Civil? Violência e Medo nas Grandes Cidades Brasileiras*. In: Edu Silvestre de Albuquerque (Org). *Que País é Este? Pensando o Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Globo, 2005.
- ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Revan e UFRJ, 1994.

Esta publicação foi impressa em 2018 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 500 exemplares.